

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Marisa Lojas S.A. (“Companhia” ou “Marisa”), incorporada no Brasil, com sede na Rua James Holland, 422, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 28 de abril de 1959, é uma Companhia de capital aberto e está listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código de negociação AMAR3, sendo classificada no nível “Novo Mercado” de Governança Corporativa. Os compromissos assumidos por conta da referida adesão no Novo Mercado, garantem maior transparência da Companhia com o mercado, investidores e acionistas, facilitando o acompanhamento dos atos da Administração.

O controle da Companhia é exercido por um grupo de acionistas domiciliados no País, conforme descrito na nota explicativa n.º 24. A Companhia atua nos segmentos varejistas de artigos de vestuário em geral e outros próprios de lojas de departamentos, além da importação de mercadorias, da venda de produtos pela Internet e pelo sistema venda direta, e, por meio de suas controladas, também atua na administração de cartões de crédito próprio (modalidade de “Private Label” e “Co-branded” - Marisa Itaucard), e nas áreas de logística e financeira.

A Companhia possui participação direta e indireta nas seguintes sociedades:

- a) Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (anteriormente denominada Club Administradora de Cartões de Crédito S.A.) (Club), sucessora da Marisa S.A. - tem por objetivo principal a administração do Cartão Marisa e a participação no capital social das seguintes sociedades:
 - i) Primos Participações Ltda. (“Primos”) - tem por objetivo principal a administração da contratação de seguros pessoais entre os usuários do Cartão Marisa e as seguradoras.
 - ii) TCM Participações Ltda. (“TCM”) - tem por objetivo principal a prestação de serviços de cobrança, assessoria de crédito e administração de carteiras de cobrança do Cartão Marisa.
 - iii) TEF Serviços de Processamento de Dados Ltda. (“TEF”) - tem por objetivo principal a impressão e a remessa das faturas do Cartão Marisa.
- b) Due Mille Participações Ltda. (“Due Mille”) - tem por objetivo principal a prestação de serviços de manuseio, arrumação, etiquetagem, encabidamento, armazenamento, carga e descarga de mercadorias de qualquer natureza, próprios ou de terceiros, a administração geral em centrais de distribuição de mercadorias e a importação e exportação de cargas e serviços.
- c) MAX Participações Ltda. (“MAX”) - opera como “holding”, investindo na seguinte sociedade:
 - i) SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“SAX”) - tem por objetivo atuar no mercado de crédito, financiamento e investimento no segmento varejista, concedendo empréstimos para pessoas físicas.
- d) Fashion Comércio Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda. (“Fashion”) - opera como comércio atacadista de artigos do vestuário e armarinhos em geral, podendo importar ou exportar as referidas mercadorias.
- e) Siará Comércio Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda. (“Siará”) - opera como comércio atacadista de artigos do vestuário e armarinhos em geral, podendo importar ou exportar as referidas mercadorias.

- f) vestuário e armarinhos em geral, podendo prestar serviços de transporte de bens e mercadorias, prestar serviços de etiquetagem, encabidamento e colocação de alarmes, podendo ainda importar ou exportar as referidas mercadorias.
- g) Albatroz Comércio Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda. (“Albatroz”) - opera como comércio atacadista de artigos do vestuário e armarinhos em geral, podendo importar ou exportar as referidas mercadorias.
- h) Stúdio Comércio Varejista do Vestuário Ltda. (“Stúdio”) - atua nos segmentos varejistas de artigos do vestuário em geral e outros próprios de lojas de departamentos, além da importação e exportação de mercadorias.
- i) Registrada - Marcas, Patentes e Royalties Ltda. (“Registrada”) - opera a gestão de ativos intangíveis não financeiros, incluindo a administração de marcas, a compra, a venda, o uso e o licenciamento pelo uso de marcas e patentes, o recebimento de “royalties”, a permissão para reprodução e a utilização das marcas e patentes em processos e produtos.
- j) Visual Comércio Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda. (“Visual”) - opera como comércio atacadista e varejista de artigos do vestuário e armarinhos em geral, podendo efetuar venda de tais produtos através do modelo tradicional, no sistema de venda direta ou de marketing direto, bem como por meio de catálogos, podendo ainda importar ou exportar as referidas mercadorias.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, compreendem:

- 2.1 As demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia e suas controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*“INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS - IFRSS”* OU *“INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS - IASS”*), EMITIDAS PELO *“INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARD – IASB”*.
- 2.2 As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Para fins de apresentação esse conjunto de regras é denominado “BR GAAP”.

As controladas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado, seguem a sua natureza, complementado pela eliminação do seguinte:

- Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), que exigem a avaliação desses investimentos pelo seu valor justo ou custo de aquisição nas demonstrações separadas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia (BR GAAP) e consolidadas (IFRS):

a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, de liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

d) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (1) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (2) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (3) ativos financeiros disponíveis para venda; e (4) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalente de caixa, contas a receber, títulos e valores mobiliários, outros créditos e instrumentos financeiros derivativos.

A mensuração de ativos financeiros depende de sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

(1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, no caso da Companhia e de suas controladas, compreendem os saldos de caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos.

(2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia e suas controladas não possuíam ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

(3) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter os seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia e de suas controladas não possuíam ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

(4) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, no caso da Companhia e de suas controladas, compreendem contas a receber de clientes e outros créditos.

(ii) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de derivativos a termo de moeda e de swaps de juros para proteger-se dos riscos de taxas de câmbio e de taxas de juros, respectivamente. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo (valor de mercado) em cada data de divulgação de balanço e são contabilizados como ativos financeiros por meio do resultado quando o valor justo apresentar ganho e como passivos financeiros por meio do resultado quando o valor justo apresentar perda. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como os mesmos são calculados estão descritos na nota explicativa n.º 33.

(v) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. No caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, contas a pagar, outros passivos circulantes, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

(1) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem os instrumentos financeiros derivativos. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de liquidação no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não possuía passivos financeiros classificados como mantidos para negociação.

(2) Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros líquidos dos custos de transação incorridos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros.

(3) Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

e) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo custo amortizado dos títulos representativos desses créditos.

A controlada Club realiza operações de securitização de suas contas a receber por intermédio de sociedade de propósito específico - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios "FIDC NP Club Administradora de Cartões de Crédito".

f) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzidos de todos os custos necessários para realizar a venda.

g) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, uma vez que o tempo médio de montagem e abertura da loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável, conforme o item 5 do CPC 20 e a IAS 23 - Custos de Empréstimos. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado.

Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

h) Intangível

Os gastos com as aquisições de licenças de programas de computador ("software") e de sistemas de gestão empresarial são capitalizados e amortizados conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 17 e os gastos associados à respectiva manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

Os fundos de comércio e os direitos de uso de infraestrutura são pagos pela Companhia quando da assinatura dos contratos de aluguel e são amortizados linearmente pelo prazo do respectivo contrato de locação.

A vida útil estimada é revisada ao final de cada exercício. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de despesa consistente com a funcionalidade do ativo intangível.

i) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros

Os bens do imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs), os quais correspondem a cada uma das lojas.

j) Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do período pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e os benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme mencionado no item g), ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor.

k) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes são registrados pelo seu valor realizável (ativos) e pelos seus valores conhecidos ou estimáveis (passivos), acrescidos de juros, variações monetárias e encargos, quando aplicável.

l) Provisões para litígios e demandas tributárias, cíveis e trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, é provável a saída de recursos financeiros para liquidar essa obrigação e o valor pode ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras.

m) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

As receitas de vendas e os respectivos custos são registrados na entrega das mercadorias aos clientes e as receitas de prestação de serviços de cobrança e intermediação de produtos financeiros do Cartão Marisa são registradas quando o serviço é prestado.

As receitas decorrentes das operações com cartão de crédito são apropriadas observando-se o critério “pro rata”, substancialmente com base no método da taxa efetiva de juros.

n) Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto:

- quando os impostos sobre vendas e serviços prestados incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas e serviços prestados é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

o) Resultado financeiro (receitas e despesas financeiras)

Representam juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial ativa e passiva, com relação aos empréstimos com instrumento de “swap”, resultado de variação cambial líquido dos ganhos e das perdas com instrumentos financeiros derivativos (“swap” contratado) e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

p) Ajuste a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo, prefixadas, foram trazidas a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que a controlada incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. A Companhia adota a taxa média de encargos financeiros das captações, pois o preço à vista e o parcelamento prefixado têm o mesmo valor de venda, não sendo política da Companhia conceder descontos para pagamentos antecipados; além disso, não é considerada a variável juros na política de precificação dos produtos.

A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada nas rubricas “Fornecedores” e “Estoques” e sua reversão tem como contrapartida as rubricas “despesas financeiras” e “Custo da revenda de mercadorias” respectivamente pela fruição de prazo, no caso de fornecedores e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados.. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica “Contas a receber de clientes” e sua realização é registrada na rubrica “Receita com operações de cartão de crédito”, pela fruição do prazo.

q) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

Em virtude das disposições contidas na Medida Provisória 627 ("MP 627"), de 11 de novembro de 2013 e Instrução Normativa 1397 ("IN 1397"), de 16 de setembro de 2013, a Companhia e suas controladas efetuaram estudos e concluíram pela não opção no ano-calendário de 2014 das referidas disposições em virtude de seu efeito ser irrelevante nas demonstrações financeiras.

(i) *Correntes*

A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL é calculada de acordo com a legislação fiscal vigente no País, com base no lucro líquido contábil ajustado pelas adições e exclusões de despesas e receitas não dedutíveis ou não tributáveis fiscalmente no momento do seu registro.

Para as controladas Club Estilo e Sax, as bases de cálculo do IRPJ e da CSLL são apuradas de acordo com os critérios estabelecidos na legislação fiscal vigente, sendo utilizado o regime de lucro real, para as demais controladas o regime de apuração utilizado é o de lucro presumido.

(ii) *Diferidos*

O IRPJ e a CSLL diferidos foram calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais do IRPJ e as bases negativas de CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas esperadas na realização dos respectivos impostos diferidos ativos ou na liquidação dos impostos diferidos passivos. A despesa com IRPJ e CSLL diferidos é reconhecida no resultado do exercício, exceto quando se referir a bases cujos efeitos são contabilizados diretamente no patrimônio líquido; nesse caso, a despesa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são determinados considerando as taxas vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais diferidos se e somente se: (a) tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes; e (b) os ativos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam recuperados ou liquidados.

r) Plano de outorga de opções de compra de ações

O valor justo das opções outorgadas pela Companhia a executivos é reconhecido como despesa no resultado, durante o período no qual o direito é adquirido, após o atendimento de determinadas condições específicas. Nas datas dos balanços, a Administração da Companhia revisa as estimativas quanto à quantidade de opções, cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições, e reconhece, quando aplicável, no resultado do período em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais.

s) Apresentação de informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pelo Diretor Presidente.

t) Dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP)

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos” no patrimônio líquido.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do lucro líquido do exercício, diretamente no patrimônio líquido.

u) Apresentação do lucro por ação

Conforme a IAS 33 – Lucro por Ação e o CPC 41 - Resultado por Ação, o lucro líquido deve ser apresentado como básico e diluído.

v) Políticas contábeis aplicáveis somente às demonstrações financeiras da controladora (BR GAAP)

Investimentos: as participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As operações entre as controladas da Companhia, que geram ganhos ou perdas não realizados nessas operações, quando aplicável, foram eliminados. As práticas contábeis adotadas pelas sociedades controladas são uniformes com as adotadas pela Companhia.

w) Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

4. PRINCIPAIS FONTES DE JULGAMENTO E ESTIMATIVAS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A Administração da Companhia e de suas controladas realiza estimativas e premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

a) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

b) Provisão para perdas de inventário

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centrais de distribuição, e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos de inventário físico.

c) Provisão para desvalorização dos estoques

A desvalorização dos saldos dos estoques é composta basicamente por itens vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de troca de coleção. A Companhia estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes do Cartão Marisa são controladas por faixa de vencimento e CPF dos respectivos clientes, sendo efetuado acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento, aplicando-se esse percentual sobre os valores vencidos acima de 90 dias, considerados como críticos para a Companhia.

e) Provisão para litígios e demandas tributárias, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação da Administração com base na opinião dos seus consultores jurídicos.

f) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Julgamento da administração é requerido para

determinar o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que poderão ser reconhecidos, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

g) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como os mesmos são calculados estão descritos na nota explicativa n.º 33.

h) Transações com Pagamentos Baseados em Ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota explicativa n.º 24.

5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 31 de dezembro de 2013 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

A alteração da norma existente a seguir foi editada e estava em vigor em 31 de dezembro de 2013; entretanto, não teve impacto relevante sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia:

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Aplicável a períodos anuais com início em ou após</u>
Alterações à IAS 27 (R) (CPC 35 R2 e 36 R3)	Demonstrações Consolidadas e Separadas	1º de janeiro de 2013
Alterações à IAS 28 (R) (CPC 18 R2)	Investimentos em coligada e em controlada	1º de janeiro de 2013
IFRS 39 (CPC 38)	Instrumentos financeiros (Classificação e Mensuração)	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 10 (CPC 36 R3)	Demonstrações Financeiras Consolidadas	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 11 (CPC 19 R2)	Empreendimentos Conjuntos	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 12 (CPC 45)	Divulgações de Participações em Outras Entidades	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 13 (CPC 46)	Mensurações do Valor Justo	1º de janeiro de 2013

b) Pronunciamentos novos ou revisados que ainda não estão em vigor.

A seguir apresenta-se a norma que será efetiva a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2014:

- IAS 32/CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Compensações de Ativos e Passivos – Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial.

A seguir apresenta-se a norma que será efetiva a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2015:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos.

A Administração da Companhia não espera que essas normas e interpretações produzam impacto relevante nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura.

Não há outras normas IFRS que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

6. CONSOLIDAÇÃO SOCIETÁRIA

a) Club Administradora de Cartões de Crédito FIDC-NP

A Companhia consolida as demonstrações financeiras da Club Administradora de Cartões de Crédito Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados (“FIDC-NP Club”), anteriormente denominada Itapeva III FIDC-NP, sociedade de propósito específico constituída com a finalidade de conduzir a securitização de recebíveis de sua controlada Club. A consolidação se justifica pelo fato de a maior parte dos riscos e benefícios relacionados ao fundo estar vinculada a quotas subordinadas detidas pela Club.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Caixa	15.978	16.091
Bancos conta movimento	14.816	24.701
Aplicações financeiras	87.104	144.022
	<u>117.898</u>	<u>184.814</u>
	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Caixa	16.052	16.148
Bancos conta movimento	18.646	31.034
Aplicações financeiras	223.185	238.137
	<u>257.883</u>	<u>285.319</u>

Aplicações financeiras

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Operações compromissadas - Banco Itaú BBA S.A. Leasing (a)	8.502	59.752
Operações compromissadas - Banco Safra S.A. Leasing (a)	34.021	24.936
Operações compromissadas - Banco Santander S.A. Leasing (a)	11.855	37.975
Operações compromissadas - Banco do Brasil S.A. Leasing (a)	10.926	-
Operações compromissadas - Banco Votorantim S.A. Leasing (a)	912	11.394
Operações compromissadas - Banco Bradesco S.A. Leasing (a)	655	4.065
Operações compromissadas - Banco Alfa S.A. Leasing (a)	-	5.046
Caixa Econômica Federal CDB (b)	10.520	-
Banco do Nordeste S.A. CDB (b)	8.468	-
Banco Bradesco S.A. CDB (b)	785	416
Outros fundos	460	438
	<u>87.104</u>	<u>144.022</u>

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Operações compromissadas - Banco Itaú BBA S.A. Leasing (a)	69.892	89.573
Operações compromissadas - Banco Safra S.A. Leasing (a)	47.204	30.944
Operações compromissadas - Banco Votorantim S.A. Leasing (a)	34.082	51.018
Operações compromissadas - Banco Santander S.A. Leasing (a)	23.382	37.975
Operações compromissadas - Banco do Brasil S.A. Leasing (a)	10.926	-
Operações compromissadas - Banco Bradesco S.A. Leasing (a)	4.081	10.702
Operações compromissadas - Banco Alfa S.A. Leasing (a)	-	5.046
Caixa Econômica Federal CDB (b)	10.520	-
Banco do Nordeste S.A. CDB (b)	8.468	-
Banco Bradesco S.A. - CDB (b)	1.245	3.739
Outros fundos	13.385	9.140
	<u>223.185</u>	<u>238.137</u>

- (a) Referem-se a operações compromissadas em debêntures, que se caracterizam pela venda de uma debênture com o compromisso por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo e do comprador (Companhia) de revendê-lo no futuro, com liquidez imediata sem perda de rendimento, que varia de 100,0% a 102,8% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (de 100,0% a 103,0% em 31 de dezembro de 2012).
- (b) Refere-se a aplicações em CDB com compromisso de recompra pela instituição financeira com rendimento variando de 98,0% a 100,4% do CDI (de 100,0% a 100,5% em 31 de dezembro de 2012).

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Taxa de rendimento - %		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Operação compromissada - Banco Safra S.A.				
Leasing (a)	(b)	(b)	2.776	2.545
Banco Bradesco S.A. LFT - Renda Fixa (a)	8,22	8,51	1.992	1.841
Operação compromissada - Banco Itaú S.A. (a)	(b)	-	1.137	-
Banco Santander Brasil S.A. (a)	3,90	4,30	846	791
Banco BTG Pactual S.A. – CDB (a)	(c)	(c)	246	328
Operação compromissada - Banco Votorantim S.A. (a)	(b)	(b)	93	397
Outros títulos e valores mobiliários	-	-	731	1.881
			<u>7.821</u>	<u>7.783</u>
Ativo circulante			217	1.198
Ativo não circulante			7.604	6.585
			<u>7.821</u>	<u>7.783</u>

	Taxa de rendimento - %		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Operação compromissada - Banco Safra S.A.				
Leasing (a)	(b)	(b)	2.776	2.586
Banco Bradesco S.A. LFT - Renda Fixa (a)	8,22	8,51	1.992	1.841
Operação compromissada - Banco Itaú S.A. (a)	(b)	-	1.172	-
Banco Santander Brasil S.A. (a)	3,90	4,30	846	791
Banco BTG Pactual S.A. – CDB (a)	(c)	(c)	246	328
Operação compromissada - Banco Votorantim S.A. (a)	(b)	(b)	112	491
Outros títulos e valores mobiliários	-	-	947	2.040
			<u>8.091</u>	<u>8.077</u>
Ativo circulante			217	1.198
Ativo não circulante			7.874	6.879
			<u>8.091</u>	<u>8.077</u>

(a) Refere-se à aplicação financeira dada em garantia e fiança a processos judiciais.

(b) Refere-se à operação compromissada em debêntures, com rendimento de 100,0% a 101,5% do CDI (de 100,0% a 105,5% do CDI em 31 de dezembro de 2012).

(c) Aplicações em CDB com rendimento de 99,0% a 104,0% do CDI (de 95,15% a 105,5% do CDI em 31 de dezembro de 2012).

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Contas a receber de clientes - Cartão Marisa:		
A vencer:		
De 121 a 150 dias	382	159
De 91 a 120 dias	2.269	2.220
De 61 a 90 dias	15.352	10.706
De 31 a 60 dias	57.795	38.548
Até 30 dias	145.477	127.894
	<u>221.275</u>	<u>179.527</u>
Administradoras de cartões de crédito – terceiros (a)	86.170	154.380
Cartão “co-branded” - Marisa Itaucard (a)	109.566	56.864
Outras contas a receber	221	294
Ajuste a valor presente	(7.071)	(4.793)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (d)	(84)	(179)
	<u>410.077</u>	<u>386.093</u>
	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Contas a receber de clientes - Cartão Marisa:		
A vencer:		
Acima de 210 dias e menor de 360 dias	44.522	36.944
De 181 a 210 dias	23.402	20.762
De 151 a 180 dias	27.938	23.385
De 121 a 150 dias	47.538	38.858
De 91 a 120 dias	62.667	51.047
De 61 a 90 dias	81.908	69.639
De 31 a 60 dias	81.716	70.895
Até 30 dias	135.699	124.863
	<u>505.390</u>	<u>436.393</u>
Vencidas:		
Até 30 dias	89.647	77.320
De 31 a 60 dias	23.275	26.432
De 61 a 90 dias	20.343	21.904
De 91 a 120 dias	18.315	20.702
De 121 a 150 dias	15.399	18.602
De 151 a 180 dias	15.206	15.997
	<u>182.185</u>	<u>180.957</u>
	<u>687.575</u>	<u>617.350</u>
Administradoras de cartões de crédito – terceiros (a)	85.470	155.891
Cartão “co-branded” - Marisa Itaucard (a)	109.566	56.864
Contas a receber - Banco Itaú Unibanco (b)	11.840	8.978
Operações de crédito pessoal – SAX (c)	160.938	93.198
FIDC-NP Club (e)	16.184	17.701
Outras contas a receber	511	400
Ajuste a valor presente	(7.353)	(4.973)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (d)	(83.105)	(67.084)
	<u>981.626</u>	<u>878.325</u>

(a) Refere-se a saldo com administradoras de cartões de crédito onde o recebimento ocorre em até 90 dias, sendo que em 31 de dezembro de 2013 o percentual de recebimento em 30 dias é de 64% (63% em 31 de dezembro de 2012).

- (b) Conforme contrato celebrado com o Banco Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A. (“Itaú Unibanco”) para criação do cartão de crédito Itaú Unibanco/Marisa (“co-branded”), nas situações em que ocorre a migração do cliente detentor do “Cartão Marisa” para este novo cartão, os saldos a receber em aberto são automaticamente assumidos pelo Itaú Unibanco, o qual pagará à Marisa o valor principal acrescido de juros previamente contratados pelo cliente nas vendas parceladas, se aplicável.

- (c) O montante das operações de crédito pessoal está assim distribuído por prazo de recebimento:

	31/12/2013	31/12/2012
A vencer:		
Acima de 181 dias	19.592	11.760
De 91 a 180 dias	31.954	19.212
De 61 a 90 dias	16.723	9.735
De 31 a 60 dias	21.566	12.503
Até 30 dias	25.154	14.592
	<u>114.989</u>	<u>67.802</u>
Vencidas:		
Até 30 dias	9.331	5.533
De 31 a 60 dias	6.072	3.306
De 61 a 90 dias	5.335	2.877
De 91 a 120 dias	4.936	2.636
De 121 a 150 dias	4.407	2.323
De 151 a 180 dias	3.990	2.066
De 181 a 240 dias	6.422	3.441
De 241 a 300 dias	3.871	2.269
De 301 a 360 dias	1.585	945
	<u>45.949</u>	<u>25.396</u>
	<u>160.938</u>	<u>93.198</u>

- (d) A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(144)	(61.501)
Créditos provisionados no exercício	(169)	(194.156)
Créditos baixados definitivamente	<u>134</u>	<u>188.573</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(179)	(67.084)
Créditos provisionados no exercício	(59)	(235.027)
Créditos baixados definitivamente	<u>154</u>	<u>219.006</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>(84)</u>	<u>(83.105)</u>

- (e) A totalidade da carteira transferida para Club FIDC-NP refere-se a direitos creditórios não performados no montante total de R\$476.755 que encontravam-se integralmente baixados nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 (R\$316.107 em 31 de dezembro de 2012).

10. FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS – FIDC-NP CLUB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO

Em 28 de dezembro de 2011, foram iniciadas as operações do Club Administradora de Cartões de Crédito Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados (“FIDC-NP Club”), sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pela Instrução CVM nº 356/01, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios representados por títulos ou contratos representativos de operações relacionadas à aquisição de bens ou serviços pelos clientes da Marisa. O FIDC-NP Club tem prazo de duração indeterminada.

A estrutura de patrimônio do FIDC-NP Club, em 31 de dezembro de 2013, é constituída por 80,12 quotas (28,72 quotas em 31 de dezembro de 2012) subordinadas de titularidade da controlada Club, no valor de R\$114 cada (R\$344 em 31 de dezembro de 2012) totalizando o montante de R\$9.152 (R\$9.872 em 31 de dezembro de 2012). O regulamento do FIDC-NP Club define que 50% do patrimônio líquido do fundo deverá estar representado por direitos creditórios.

Em 14 de junho de 2013, foi aprovada a emissão do Suplemento da 3ª Série de cotas seniores, sendo emitidas o máximo de 8 cotas seniores no valor de R\$1.000 cada. Desde que o patrimônio assim permita, as cotas seniores da 3ª série serão remuneradas, diariamente, a partir da sua Data de Subscrição Inicial, pela variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros (DI) de 1 (um) Dia Útil (Over – Extra-Grupo), calculada e divulgada pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“Taxa DI”), acrescida de *spread* equivalente a 3% (três por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. A partir de 31 de julho de 2013, inclusive, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no último dia útil de cada mês (“Data de Amortização”), as cotas seniores da 3ª Série serão amortizadas, em moeda corrente nacional, em conformidade com as condições especificadas.

Em 10 de dezembro de 2013, foi aprovada a emissão do Suplemento da 4ª Série de cotas seniores, sendo emitidas o máximo de 8 cotas seniores no valor de R\$1.000 cada. Desde que o patrimônio assim permita, as cotas seniores da 4ª série serão remuneradas, diariamente, a partir da sua Data de Subscrição Inicial, pela variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros (DI) de 1 (um) Dia Útil (Over – Extra-Grupo), calculada e divulgada pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“Taxa DI”), acrescida de *spread* equivalente a 3% (três por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. A partir de 31 de janeiro de 2014, inclusive, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no último dia útil de cada mês (“Data de Amortização”), as cotas seniores da 2ª Série serão amortizadas, em moeda corrente nacional, em conformidade com as condições especificadas.

O balanço patrimonial do fundo está assim demonstrado:

	<u>31/12/2013</u>
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	2.597
Contas a receber	16.184
Passivo	
Contas a pagar	1.167
Patrimônio líquido	17.614

O FIDC-NP Club foi consolidado nessas demonstrações financeiras conforme detalhado na nota explicativa n.º 6.

11. ESTOQUES

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Mercadorias para revenda	317.434	344.854
Importação em andamento	44.336	36.390
Estoque de material de consumo e embalagem	9.682	6.801
Ajuste a valor presente	(2.365)	(2.242)
Provisões para perdas dos estoques (a)	(23.611)	(14.119)
	<u>345.476</u>	<u>371.684</u>

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Mercadorias para revenda	313.829	340.601
Importação em andamento	44.336	36.390
Estoque de material de consumo e embalagem	10.088	6.950
Ajuste a valor presente	(2.365)	(2.242)
Provisões para perdas dos estoques (a)	(23.611)	(14.119)
	<u>342.277</u>	<u>367.580</u>

- (a) O valor das provisões para perdas dos estoques refere-se às prováveis perdas de inventário e desvalorização dos estoques, e sua movimentação é como segue:

	Controladora / Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(7.951)
Provisão registrada	(61.150)
Baixa de provisão	54.982
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(14.119)
Provisão registrada	(53.018)
Baixa de provisão	43.526
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>(23.611)</u>

12. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Imposto sobre Circulação Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar	27.815	43.965
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	8.329	11.781
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	5.994	4.575
Imposto de renda sobre aplicação financeira	2.813	12.582
Outros	279	2.023
	<u>45.230</u>	<u>74.926</u>
Ativo circulante	31.096	53.054
Ativo não circulante	14.134	21.872
	<u>45.230</u>	<u>74.926</u>

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Imposto sobre Circulação Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar	28.817	44.452
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	15.616	13.115
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	12.058	5.407
Imposto de renda sobre aplicação financeira	3.596	13.951
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.974	1.199
Contribuição p/ o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	3.870	2.603
Programa de Integração Social – PIS	866	562
Outros	97	1.983
	<u>66.894</u>	<u>83.272</u>
Ativo circulante	52.699	61.398
Ativo não circulante	14.195	21.874
	<u>62.747</u>	<u>83.272</u>

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Ativo não circulante:		
Prejuízo fiscal	22.212	6.318
Base negativa de CSLL	7.996	2.275
Provisão para litígios e demandas judiciais	12.035	11.266
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	29	-
Provisão para perdas nos estoques	8.028	5.099
Bônus a empregados	68	4.019
Provisão de aluguéis	5.060	3.661
Ajuste a valor presente	1.330	1.032
Comissão de cartões	975	762
Despesas com utilidades públicas	95	118
Provisão para (ganhos) perdas de "swap"	8.809	(5.673)
Outros	817	3.305
	<u>67.454</u>	<u>32.182</u>
	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Ativo não circulante:		
Prejuízo fiscal	22.212	6.318
Base negativa de CSLL	7.996	2.275
Receita diferida - parceria Itaú Unibanco	20.060	24.140
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	20.651	18.888
Provisão para litígios e demandas judiciais	15.464	15.873
Provisão para perdas nos estoques	8.028	5.099
Bônus a empregados	252	4.378
Provisão de aluguéis	5.060	3.661
Ajuste a valor presente	1.401	1.084
Comissão de cartões	975	762
Despesas com utilidades públicas	95	118
Provisão para (ganhos) perdas de "swap"	7.276	(6.777)
Outros	3.517	4.775
	<u>112.987</u>	<u>80.594</u>

O saldo de imposto de renda diferido ativo inclui o efeito dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social da Marisa Lojas e de sua controlada, Club, que são imprescritíveis e compensáveis com lucros tributáveis futuros. No exercício corrente não houve compensação na proporção de 30% do lucro tributável (R\$3.355 em 31 de dezembro de 2012) de base negativa de contribuição social e de prejuízo fiscal.

A movimentação do exercício está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	30.383	83.328
Adições	7.725	8.549
Baixas	(5.926)	(11.283)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>32.182</u>	<u>80.594</u>
Adições	41.705	42.442
Baixas	(6.433)	(10.049)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>67.454</u>	<u>112.987</u>

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros das controladas, aprovadas pelos órgãos da Administração, a estimativa de recuperação do saldo ativo líquido consolidados de IRPJ e CSLL diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de CSLL encontra-se demonstrada a seguir:

		Controladora	
		31/12/2013	31/12/2012
Ano:			
2013		-	24.672
2014		59.430	3.754
2015		4.012	3.756
2016		4.012	-
		<u>67.454</u>	<u>32.182</u>
		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012
Ano:			
2013		-	50.003
2014		82.719	9.343
2015		9.184	9.348
2016		9.184	4.080
2017 a 2018		11.900	7.820
		<u>112.987</u>	<u>80.594</u>

O montante de R\$20.060 em 31 de dezembro de 2013 (R\$24.140 em 31 de dezembro de 2012), referente a receitas diferidas a apropriar decorrentes do contrato de associação firmado entre as controladas Marisa Lojas e Club com o Banco Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A., será realizado até o exercício de 2018.

As projeções de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho da economia brasileira e internacional, à seleção de taxas de câmbio, ao volume de vendas, aos preços de vendas e às alíquotas de tributos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e aos valores reais.

Estima-se que o saldo referente aos tributos diferidos decorrentes das diferenças temporárias, exceto pela receita diferida acima mencionada, será realizado até o exercício de 2015; contudo, não é possível estimar com razoável precisão os anos em que essas diferenças temporárias serão realizadas, visto que estão sujeitas a decisões judiciais que independem da Companhia e de suas controladas, tampouco pode ser previsto quando haverá a decisão em última instância.

b) Conciliação da alíquota efetiva de IRPJ e CSLL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	50.226	232.099	119.350	290.295
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa do IRPJ e da CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(17.077)	(78.914)	(40.579)	(98.700)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Multa sobre autos de Infração	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	54.816	68.120	-	-
Juros sobre capital próprio	-	13.124	-	13.124
Efeitos da diferença de alíquota da CSLL da financeira Sax	-	-	(4.839)	(1.570)
Efeitos dos Ajustes da lei 11.638/07	-	-	-	-
Outras (adições) exclusões permanentes	(2.467)	(4.515)	(6.101)	(7.246)
Lucro, exceto resultado financeiro, das controladas cuja tributação é feita com base no lucro presumido:				
Reversão do efeito da tributação - lucro real	-	-	27.487	56.549
Tributação pelo regime do lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas como base para cálculo	-	-	(9.820)	(22.538)
	<u>35.272</u>	<u>(2.185)</u>	<u>(33.852)</u>	<u>(60.381)</u>
Imposto de renda e contribuição social, efetivos:				
Correntes	-	(3.984)	(66.249)	(57.647)
Diferidos	35.272	1.799	32.397	(2.734)
	<u>35.272</u>	<u>(2.185)</u>	<u>(33.852)</u>	<u>(60.381)</u>

De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis e fiscais do IRPJ e da CSLL dos últimos cinco exercícios encontram-se abertos para uma eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

14. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação e estão sendo apresentados nesta nota na divulgação da Controladora (BR GAAP). Os detalhes estão apresentados a seguir:

(i) Saldos e transações

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Ativo circulante:		
Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda (a)	33.309	5.512
Visual Com. Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda (b)	6.891	390
Sax S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (c)	5.736	-
Fashion Com Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda (b)	400	-
Due Mille Participações Ltda (c)	828	-
Dividendos a receber:		
Max Participações Ltda (j)	36.098	-
	<u>83.262</u>	<u>5.902</u>

Ativo não circulante:

Due Mille Participações Ltda.	-	6.720
	-	6.720

Passivo circulante:

Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (e)	15.331	5.907
Due Mille Participações Ltda. (f)	186	1.152
Fashion Com. Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda. (g)	5.398	2.382
Siara Com. Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda. (g)	16.466	10.044
Estilo Comércio, Transportes e Serviços Ltda. (g)	-	26
Albatroz Com. Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda. (g)	-	4
Aluguéis a pagar (h):		
Novay Participações Ltda.	2.088	2.199
Nix Administração e Participação Ltda.	1.909	2.081
Actio Participações Ltda.	1.186	1.330
Mareasa Participações Ltda.	665	644
Pense Participações Ltda.	67	127
	43.296	25.896

Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar (i):

Pessoas físicas controladores	15.130	14.830
Não controladores	5.176	6.605
	20.306	21.435

Controladora

31/12/2013	31/12/2012
14.888	13.680
23.508	24.301
17.626	39.673
39.588	29.574
6.761	-
-	30
13.913	12.508
13.016	11.491
8.164	7.484
4.530	3.991
868	813
142.862	143.545

Consolidado

31/12/2013	31/12/2012
1.174	1.174
1.174	1.174
2.088	2.199
1.909	2.081
1.186	1.330
665	644
67	127
5.915	6.381

Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar (i):

Pessoas físicas – controladores	15.130	14.830
Não controladores	5.176	6.605
	<u>20.306</u>	<u>21.435</u>

Consolidado

	31/12/2013	31/12/2012
Resultado:		
Aluguéis de imóveis do Grupo (h):		
Novay Participações Ltda.	13.913	12.508
Nix Administração e Participação Ltda.	13.016	11.491
Actio Participações Ltda.	8.164	7.484
Mareasa Participações Ltda.	4.530	3.991
Pense Participações Ltda.	868	813
	<u>40.491</u>	<u>36.287</u>

- (a) Refere-se a valores a receber por reembolso de despesas ocorridas nas lojas referentes ao Cartão Marisa, valores a receber referente ao Programa de Fidelidade Amiga e compartilhamento de despesas administrativas;
- (b) Refere-se a transações de venda de mercadorias;
- (c) Refere-se ao valor de despesas administrativas compartilhadas entre as empresas do grupo;
- (d) Refere-se às transações de mútuo ou pagamento de tributos e despesas administrativas para a Begoldi, sobre as quais não incidem juros. Os saldos estão classificados no ativo não circulante por não possuírem prazo determinado de vencimento;
- (e) Refere-se à comissão paga por administração do Cartão Marisa e repasse de valores por pagamento de clientes nas lojas;
- (f) Refere-se ao serviço de encabidamento e armazenagem;
- (g) Refere-se a transações de compra de mercadorias;
- (h) Referem-se a valores de aluguéis devidos pela Companhia às empresas ligadas, cuja atividade operacional é a administração de bens móveis e imóveis próprios, conforme demonstrado na nota explicativa nº 34;
- (i) Conforme demonstrado na nota explicativa nº 24.e), em 31 de dezembro de 2013 foram propostos dividendos e juros sobre o capital próprio, líquidos no montante de R\$20.306, dos quais R\$5.176 se destinam a acionistas não controladores (em 31 de dezembro de 2012 o montante proposto foi de R\$21.435 dos quais R\$6.605 se destinaram a acionistas não controladores).
- (j) Refere-se a dividendos a receber distribuídos antecipadamente.

(ii) Remuneração da Administração da Companhia

A remuneração dos diretores e membros da Administração é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
<u>Remuneração</u>		
Salários do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria	463	492
Salários da diretoria	2.761	3.136
Benefícios de curto prazo	152	129
Plano de opções de ações e incentivo de longo prazo	1.996	2.351
	<u>5.372</u>	<u>6.108</u>

A despesa com remuneração da Administração está contabilizada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, na demonstração do resultado.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

De acordo com a legislação societária do Brasil e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas fixar, em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 18 de abril de 2013, foi fixado o limite de remuneração global dos administradores em até R\$10.500 para o exercício social de 2013 (R\$7.500 em 31 de dezembro de 2012).

15. INVESTIMENTOS

Os principais detalhes das controladas, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, são como segue:

Controladora - 31/12/2013							
	Participação - %	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Total do investimento	Resultado da equivalência
Club	100,00	853.254	430.702	422.552	109.957	422.552	109.957
Max	99,99999	170.098	111.357	58.741	46.365	58.741	46.365
Due Mille	99,99997	335.192	288.182	47.010	(7.040)	47.003	(7.040)
Fashion	99,99800	8.521	3.520	5.001	4.941	4.149	4.928
Siará	99,99800	20.634	10.429	10.205	10.146	6.839	10.569
Estilo	99,99980	1.747	19	1.728	56	1.728	56
Albatroz	99,99800	1.141	6	1.135	58	1.135	58
Stúdio	99,99980	551	1	550	30	550	30
Registrada	99,99900	5	2	3	(41)	4	(41)
Visual	99,99800	3.344	7.334	(3.990)	(3.657)	-	(3.657)
						<u>542.701</u>	<u>161.225</u>

Controladora - 31/12/2012							
	Participação - %	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Total do investimento	Resultado da equivalência
Club	100,00	745.942	359.347	386.595	121.200	386.594	121.200
Max	99,99999	82.279	27.638	54.641	25.988	54.641	25.988
Due Mille	99,99997	103.794	49.744	54.050	38.375	54.043	38.374
Fashion	99,99800	13.151	2.086	11.065	11.128	10.229	10.230
Siará	99,99800	18.175	8.460	9.715	7.959	5.924	4.167
Estilo	99,99980	2.014	342	1.672	714	1.677	719
Albatroz	99,99800	1.080	4	1.076	30	1.073	27
Stúdio	99,99980	522	2	520	31	518	28
Registrada	99,99900	57	12	45	(13)	44	(13)
Visual	99,99800	443	774	(331)	(367)	(331)	(366)
						<u>514.412</u>	<u>200.354</u>

As alterações registradas nas contas de investimentos nos exercícios de 2013 e de 2012 são como segue:

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Saldo no início do exercício	514.412	500.779
Aumento de capital em investidas	-	8.000
Participação no resultado das controladas	161.225	200.354
Provisão para perdas em investimentos	3.990	-
Dividendos recebidos	(136.926)	(194.721)
Saldo no fim do exercício	542.701	514.412

16. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora - 31/12/2013		
		Custo	Depreciação	Líquido
Instalações	10	273.107	(96.275)	176.832
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	663.412	(457.432)	205.980
Equipamentos de informática	20	93.421	(62.777)	30.644
Móveis e utensílios	10	175.634	(62.114)	113.520
Veículos	20	2.945	(902)	2.043
Obras em andamento	-	16.717	-	16.717
Outros imobilizados	10	7.961	(1.703)	6.258
		1.233.197	(681.203)	551.994

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora - 31/12/2012		
		Custo	Depreciação	Líquido
Instalações	10	214.022	(70.488)	143.534
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	566.488	(384.780)	181.708
Equipamentos de informática	20	85.267	(53.514)	31.753
Móveis e utensílios	10	140.593	(44.364)	96.229
Veículos	20	2.020	(655)	1.365
Obras em andamento	-	14.060	-	14.060
Outros imobilizados	10	3.583	(1.215)	2.368
		1.026.033	(555.016)	471.017

	Taxa média anual de depreciação - %	Consolidado - 31/12/2013		
		Custo	Depreciação	Líquido
Instalações	10	273.420	(96.365)	177.055
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	664.139	(457.963)	206.176
Equipamentos de informática	20	97.491	(65.422)	32.069
Móveis e utensílios	10	177.175	(62.784)	114.391
Veículos	20	2.945	(902)	2.043
Obras em andamento	-	16.717	-	16.717
Outros imobilizados	10	40.376	(11.501)	28.875
		1.272.263	(694.937)	577.326

	Taxa média anual de depreciação - %	Consolidado - 31/12/2012		
		Custo	Depreciação	Líquido
Instalações	10	214.249	(70.552)	143.697
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	567.216	(385.223)	181.993
Equipamentos de informática	20	88.856	(55.675)	33.181
Móveis e utensílios	10	141.912	(44.895)	97.017
Veículos	20	2.159	(726)	1.433
Obras em andamento	-	14.060	-	14.060
Outros imobilizados	10	30.868	(8.157)	22.711
		<u>1.059.320</u>	<u>(565.228)</u>	<u>494.092</u>

As alterações registradas na rubrica “Imobilizado”, durante o exercício, foram as seguintes:

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Saldo no início do exercício	471.017	440.517
Adições	211.645	149.253
Baixas	(702)	(3.431)
Depreciação	(129.966)	(115.322)
Saldo no fim do exercício	<u>551.994</u>	<u>471.017</u>

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Saldo no início do exercício	494.092	465.311
Adições	217.845	151.096
Baixas	(870)	(3.604)
Depreciação	(133.741)	(118.711)
Saldo no fim do exercício	<u>577.326</u>	<u>494.092</u>

Teste de redução ao valor recuperável de ativos (“impairment”)

De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, todos os itens do ativo imobilizado e intangível, que apresentam indicadores de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, foram revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A menor unidade geradora de caixa determinada pela Companhia para avaliar a recuperação dos ativos tangíveis e intangíveis corresponde a cada uma de suas lojas. Foram estabelecidos indicadores de desempenho operacional e financeiro e, para as lojas que apresentam indicadores negativos, a Administração efetuou análise detalhada do valor recuperável para cada ativo pelo método do fluxo de caixa futuro individual (por loja) descontado a valor presente e comparado ao valor dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de redução do imobilizado e intangível ao seu valor de recuperação.

17. INTANGÍVEL

	Taxa média anual de amortização - %	Controladora - 31/12/2013		
		Custo	Amortização	Líquido
Software	20	103.011	(47.865)	55.146
Fundo de comércio (a)	10 a 20	72.189	(30.776)	41.413
Direitos de uso de infraestrutura (a)	20	34.086	(14.429)	19.657
Outros intangíveis	33	62	-	62
		<u>209.348</u>	<u>(93.070)</u>	<u>116.278</u>

	Taxa média anual de amortização - %	Controladora - 31/12/2012		
		Custo	Amortização	Líquido
Software	20	68.168	(33.261)	34.907
Fundo de comércio (a)	10 a 20	65.989	(22.063)	43.926
Direitos de uso de infraestrutura (a)	20	31.899	(10.724)	21.175
Outros intangíveis	33	63	-	63
		<u>166.119</u>	<u>(66.048)</u>	<u>100.071</u>

	Taxa média anual de amortização - %	Consolidado - 31/12/2013		
		Custo	Amortização	Líquido
Software	20	109.642	(51.877)	57.765
Fundo de comércio (a)	10 a 20	72.189	(30.776)	41.413
Direitos de uso de infraestrutura (a)	20	48.313	(23.632)	24.681
Outros intangíveis	33	67	-	67
		<u>230.211</u>	<u>(106.285)</u>	<u>123.926</u>

	Taxa média anual de amortização - %	Consolidado - 31/12/2012		
		Custo	Amortização	Líquido
Software	20	73.339	(36.347)	36.992
Fundo de comércio (a)	10 a 20	65.989	(22.063)	43.926
Direitos de uso de infraestrutura (a)	20	42.576	(17.262)	25.314
Outros intangíveis	33	68	-	68
		<u>181.972</u>	<u>(75.672)</u>	<u>106.300</u>

(a) Fundo de comércio adquirido pelas lojas localizadas em ruas enquanto que os direitos de uso de infraestrutura são adquiridos pelas lojas localizadas em shoppings.

Os ativos intangíveis da Companhia e de suas controladas são, substancialmente, gerados por fatores externos (adquiridos de terceiros).

As alterações registradas na rubrica "Intangível", durante o exercício, foram as seguintes:

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Saldo no início do exercício	100.071	94.808
Adições	43.255	26.544
Baixas	(16)	-
Amortização	(27.032)	(21.281)
Saldo no fim do exercício	<u>116.278</u>	<u>100.071</u>

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Saldo no início do exercício	106.300	98.212
Adições	48.264	32.802
Baixas	(16)	-
Amortização	(30.622)	(24.714)
Saldo no fim do exercício	<u>123.926</u>	<u>106.300</u>

18. FORNECEDORES

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Mercadoria para revenda nacional	190.145	192.861
Mercadoria para revenda proveniente do exterior	10.920	13.465
Serviços	30.010	20.227
Suprimentos	7.854	9.630
Outros	4.104	1.326
Ajuste a valor presente	(3.239)	(2.323)
	<u>239.794</u>	<u>235.186</u>

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Mercadoria para revenda nacional	203.245	202.635
Mercadoria para revenda proveniente do exterior	10.920	13.465
Serviços	31.295	22.311
Suprimentos	8.626	10.338
Outros	4.130	1.333
Ajuste a valor presente	(3.239)	(2.323)
	<u>254.977</u>	<u>247.759</u>

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		
	31/12/2013	Taxa efetiva	Vencimento
Passivo circulante:			
Banco Itaú BBA S.A. FINAME	5.564	Juros de 2,5% a 8,7% a.a.	De janeiro de 2014 a dezembro de 2014
Banco Alfa S.A. FINAME	301	Juros de 4,5% a 5,5% a.a.	De janeiro de 2014 a dezembro de 2014
Banco do Brasil S.A. FINAME	100	Juros de 2,5% a 5,5% a.a.	De janeiro de 2014 a dezembro de 2014
Banco Alfa S.A. - arrendamento mercantil	333	Juros de 2,1% a 2,5% a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2014 a dezembro de 2014
SG Equipment Finance S.A.	2.106	Juros de 1,95% a 3,37%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2014 a dezembro de 2014
Banco Bradesco S.A. - arrendamento mercantil	155	Juros de 2,43% a 2,5%a.a. + CDI (a)	De outubro de 2013 a agosto de 2014
Banco CIT Brasil S.A. - arrendamento mercantil	114	Juros de 0,29% a 2,27%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2014 a dezembro de 2014
Banco IBM S.A.- arrendamento mercantil	3.264	Juros de 8,1% a 12,79% a.a.	De janeiro de 2014 a dezembro de 2014
Debêntures	440	Juros de 112,9% a 113,45% do CDI (a)	Junho de 2013
	<u>12.377</u>		
Passivo não circulante:			
Banco Itaú BBA S.A. FINAME	13.367	Juros de 2,5% a 8,7% a.a.	De janeiro de 2015 a novembro de 2022
Banco Alfa S.A. FINAME	416	Juros de 4,5% a 5,5% a.a.	De janeiro de 2015 a janeiro de 2019
Banco do Brasil S.A. FINAME	1.257	Juros de 2,5% a 5,5% a.a.	De janeiro de 2015 a agosto de 2022
Banco Alfa S.A. - arrendamento mercantil	14	Juros de 2,1% a 2,5% a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2015 a maio de 2015
SG Equipment Finance S.A.	284	Juros de 1,95% a 3,37%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2015 a junho de 2015
Banco CIT Brasil S.A. - arrendamento mercantil	8	Juros de 2,27%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2015 a maio de 2015
Banco IBM S.A. - arrendamento mercantil	3.563	Juros de 8,1% a 12,79% a.a.	De janeiro de 2015 a março de 2016
Debêntures	648.494	Juros de 112,9% a 113,45% do CDI (a)	De julho de 2014 a junho de 2018
	<u>667.403</u>		
	Controladora		
	31/12/2012	Taxa efetiva	Vencimento
Passivo circulante:			
Financiamentos – BNDES	16.495	Juros de 2,3%a.a. + TJLP (b)	De janeiro a agosto de 2013
Banco Itaú BBA S.A. FINAME	5.259	Juros de 2,5% a 8,7% a.a.	De janeiro a dezembro de 2013
Banco Alfa S.A. FINAME	321	Juros de 4,5% a 5,5% a.a.	De janeiro a dezembro de 2013
Banco Alfa S.A. - arrendamento mercantil	739	Juros de 2,1% a 2,5% a.a. + CDI (a)	De janeiro a dezembro de 2013
SG Equipment Finance S.A.	2.068	Juros de 2,0% a 3,37%a.a. + CDI (a)	De janeiro a dezembro de 2013
Banco Bradesco S.A. - arrendamento mercantil	296	Juros de 2,43% a 2,5%a.a. + CDI (a)	De janeiro a dezembro de 2013
Banco CIT Brasil S.A. - arrendamento mercantil	536	Juros de 2,27%a.a. + CDI (a)	De janeiro a dezembro de 2013
Banco IBM S.A.- arrendamento mercantil	1.098	Juros de 8,1% a 12,7% a.a.	De janeiro a dezembro de 2013
Debêntures	14	Juros de 112,9% a 113,45% do CDI (a)	Junho de 2013
	<u>26.826</u>		

Passivo não circulante:

Banco Itaú BBA S.A. FINAME	11.957	Juros de 2,5% a 8,7% a.a.	De janeiro de 2014 a outubro de 2022
Banco Alfa S.A. FINAME	719	Juros de 4,5% a 5,5% a.a.	De janeiro de 2014 a janeiro de 2019
Banco do Brasil S.A. FINAME	843	Juros de 2,5% a 5,5%a.a.	De janeiro de 2014 a agosto de 2022
Banco Alfa S.A. - arrendamento mercantil	306	Juros de 2,1% a 2,5% a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2014 a maio de 2015
SG Equipment Finance S.A.	1.479	Juros de 2,0% a 3,37%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2014 a março de 2015
Banco Bradesco S.A. - arrendamento mercantil	126	Juros de 2,43% a 2,5%a.a. + CDI (a)	De janeiro a agosto de 2014
Banco CIT Brasil S.A. - arrendamento mercantil	94	Juros de 2,27%a.a. + CDI (a)	De janeiro a abril de 2014
Banco IBM S.A. - arrendamento mercantil	1.023	Juros de 8,1% a 12,7% a.a.	De janeiro de 2014 a dezembro de 2015
Debêntures	647.767	Juros de 112,9% a 113,45% do CDI (a)	De junho de 2014 a junho de 2018
	<u>664.314</u>		

Consolidado			
	31/12/2013	Taxa efetiva	Vencimento
Passivo circulante:			
Banco Safra S.A. – Resolução nº 2.770 (d)	35.275	Juros de 1,0%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2014 a abril de 2014
Banco Safra S.A. mútuo	8.607	Juros de 1,0%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2014 a abril de 2014
Banco Bradesco S.A. DI	25.020	Juros de 108,2% do CDI (a)	De janeiro de 2014 a dezembro de 2014
Banco Itaú S.A. DI	25.272	Juros de 107,5% a 109,55% do CDI (a)	De janeiro de 2014 a fevereiro de 2014
Banco Itaú BBA S.A. FINAME	5.710	Juros de 2,5% a 8,7% a.a.	De janeiro de 2014 a dezembro de 2014
Banco Alfa S.A. FINAME	301	Juros de 4,5% a 5,5% a.a.	De janeiro de 2014 a dezembro de 2014
Banco do Brasil S.A. FINAME	100	Juros de 2,5% a 5,5% a.a.	De janeiro de 2014 a dezembro de 2014
Banco Alfa S.A. – arrendamento mercantil	333	Juros de 2,1% a 2,5% a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2014 a dezembro de 2014
SG Equipment Finance S.A.	2.106	Juros de 1,95% a 3,37%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2014 a dezembro de 2014
Banco Bradesco S.A. – arrendamento mercantil	155	Juros de 2,43% a 2,5%a.a. + CDI (a)	De outubro de 2013 a agosto de 2014
Banco CIT Brasil S.A. – arrendamento mercantil	114	Juros de 0,29% a 2,27%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2014 a dezembro de 2014
Banco IBM S.A. – arrendamento mercantil	3.264	Juros de 8,1% a 12,79% a.a.	De janeiro de 2014 a dezembro de 2014
Debêntures	440	Juros de 112,9% a 113,45% do CDI (a)	Junho de 2013
	<u>106.697</u>		

Passivo não circulante:

Banco Itaú BBA S.A.FINAME	13.737	Juros de 2,5% a 8,7% a.a.	De janeiro de 2015 a novembro de 2022
FIDC-NP Club (c)	17.614	-	-
Banco Alfa S.A. FINAME	416	Juros de 4,5% a 5,5% a.a.	De janeiro de 2015 a janeiro de 2019
Banco do Brasil S.A. FINAME	1.257	Juros de 2,5% a 5,5% a.a.	De janeiro de 2015 a agosto de 2022
Banco Alfa - arrendamento mercantil	14	Juros de 2,1% a 2,5% a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2015 a maio de 2015
SG Equipment Finance S.A.	284	Juros de 1,95% a 3,37%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2015 a junho de 2015
Banco Citibank - arrendamento mercantil	8	Juros de 2,27%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2015 a maio de 2015
Banco IBM - arrendamento mercantil	3.563	Juros de 8,1% a 12,79% a.a.	De janeiro de 2015 a março de 2016
Debêntures	648.494	Juros de 112,9% a 113,45% do CDI (a)	De julho de 2014 a junho de 2018
	<u>685.387</u>		

Consolidado			
	31/12/2012	Taxa efetiva	Vencimento
Passivo circulante:			
Banco Safra S.A. – Resolução nº 2.770 (d)	31.161	Juros de 1,15%a.a.+ CDI (a)	Março de 2013
Banco Safra S.A. mútuo	8.645	Juros de 1,15%a.a.+ CDI (a)	Março de 2013
Banco Bradesco S.A. DI	22.966	Juros de 100% a 101% do CDI (a)	De fevereiro a março de 2013
Financiamentos – BNDES	16.495	Juros de 2,3%a.a.+ TJLP (b)	De janeiro a agosto de 2013
Banco Itaú BBA S.A. FINAME	5.310	Juros de 2,5% a 8,7% a.a.	De janeiro a dezembro de 2013
Banco Alfa S.A. FINAME	320	Juros de 4,5% a 5,5% a.a.	De janeiro a dezembro de 2013
Banco Alfa S.A. – arrendamento mercantil	762	Juros de 2,1% a 2,5% a.a. + CDI (a)	De janeiro a dezembro de 2013
SG Equipment Finance S.A.	2.068	Juros de 2,0% a 3,37%a.a. + CDI (a)	De janeiro a dezembro de 2013
Banco Bradesco S.A. – arrendamento mercantil	296	Juros de 2,43% a 2,5%a.a. + CDI (a)	De janeiro a dezembro de 2013
Banco CIT Brasil S.A. – arrendamento mercantil	536	Juros de 2,27%a.a. + CDI (a)	De janeiro a dezembro de 2013
Banco IBM S.A. – arrendamento mercantil	1.098	Juros de 8,1% a 12,7% a.a.	De janeiro a dezembro de 2013
Debêntures	14	Juros de 112,9% a 113,45% do CDI (a)	Junho de 2013
	<u>89.671</u>		

Passivo não circulante:

Banco Itaú BBA S.A.FINAME	12.368	Juros de 2,5% a 8,7% a.a.	De janeiro de 2014 a outubro de 2022
FIDC-NP Club (c)	17.614	-	-
Banco Alfa S.A.FINAME	719	Juros de 4,5% a 5,5% a.a.	De janeiro de 2014 a janeiro de 2019
Banco do Brasil S.A. FINAME	843	Juros de 2,5% a 5,5% a.a.	De janeiro de 2014 a agosto de 2022
Banco Alfa S.A. – arrendamento mercantil	306	Juros de 2,1% a 2,5% a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2014 a maio de 2015
SG Equipment Finance S.A.	1.479	Juros de 2,0% a 3,37%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2014 a março de 2015
Banco Bradesco S.A. – arrendamento mercantil	126	Juros de 2,43% a 2,5%a.a. + CDI (a)	De janeiro a agosto de 2014
Banco CIT Brasil S.A. – arrendamento mercantil	94	Juros de 2,27%a.a. + CDI (a)	De janeiro a abril de 2014
Banco IBM S.A. - arrendamento mercantil	1.023	Juros de 8,1% a 12,7% a.a.	De janeiro de 2014 a dezembro de 2015
Debêntures	647.767	Juros de 112,9% a 113,45% do CDI (a)	De junho de 2014 a junho de 2018
	<u>682.339</u>		

- (a) dezembro de 2012).
- (b) TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo de 5,00 em 31 de dezembro de 2013 (5,50 em 31 de dezembro de 2012).
- (c) Este montante será liquidado por ocasião do encerramento do FIDC-NP Club.
- (d) Na mesma data da captação desses recursos, a controlada Club contratou operações de “swap” com a mesma instituição financeira, substituindo a exposição cambial por taxas pós-fixadas indexadas a um percentual do CDI.

As parcelas do passivo não circulante dos empréstimos e financiamentos vencem como segue:

<u>Ano</u>	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
2014	-	7.539
2015	184.105	176.631
2016	177.513	176.114
Após 2017	305.785	304.030
	<u>667.403</u>	<u>664.314</u>

<u>Ano</u>	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
2014	-	7.699
2015	184.305	176.724
2016	177.616	176.190
Após 2017	323.466	321.726
	<u>685.387</u>	<u>682.339</u>

Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

A Companhia possui empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”), conforme consta nos contratos celebrados com bancos (ver detalhes dos “covenants” a seguir). Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, as cláusulas restritivas encontram-se adimplentes.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Devem ser fornecidas informações periódicas, tais como: (a) demonstrações financeiras anuais auditadas; (b) manutenção do quadro de funcionários; e (c) alvará de funcionamento das lojas.

Garantias de empréstimos e financiamentos

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de garantia</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Banco Bradesco S.A., Banco Safra S.A. e Banco Itaú BBA S.A.	Fianças bancárias	<u>97.623</u>	<u>108.360</u>

Debêntures

No exercício de 2011, a Companhia captou o montante de R\$650.320 na emissão de debêntures simples, sendo a 1ª emissão em 21 de junho de 2011 no montante de R\$300.000 e a 2ª emissão em 20 de dezembro de 2011 no montante de R\$350.320, ambas não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em série única, aprovada em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 7 de junho de 2011 e 9 de dezembro de 2011, respectivamente, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Principal	650.320	650.320
Custos de transação a apropriar	(2.553)	(3.281)
Juros a pagar	1.167	742
	<u>648.934</u>	<u>647.781</u>
Passivo circulante	440	14
Passivo não circulante	<u>648.494</u>	<u>647.767</u>
	<u>648.934</u>	<u>647.781</u>

Características:

	Data de emissão	Tipo de emissão	Títulos em circulação	Valor na data de emissão	Encargos Financeiros
1ª emissão	21/06/2011	Restrita	300	1.000	111,95% do CDI

- Valor nominal: as debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000;
- Garantia: as debêntures não possuem garantias;
- Prazo e data de vencimento: as debêntures possuem prazo de vigência de 7 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 21 de junho de 2018;
- Preço de subscrição e forma de integralização: as debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizados em moeda nacional, à vista, no ato da subscrição;
- Amortização: no vencimento em 21 de junho de 2018;
- Remuneração: o valor nominal unitário das debêntures não é atualizado, sendo que estas rendem juros correspondentes à variação acumulada de 111,95% (taxa efetiva 113,45%) das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, denominada “Taxa DI over extra grupo”, base duzentos e cinquenta e dois dias úteis, divulgada pela CETIP. A remuneração é calculada de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário não amortizado desde a datada primeira integralização, até a data do seu efetivo pagamento. Os juros são amortizados semestralmente, sendo o primeiro pagamento em 21 de dezembro de 2011.

	Data de emissão	Tipo de emissão	Títulos em circulação	Valor na data de emissão	Encargos Financeiros
2ª emissão	20/12/2011	Restrita	350	1.000	111,20% do CDI

- Valor nominal: as debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000;

- Garantia: as debêntures não possuem garantias;
- Prazo e data de vencimento: as debêntures possuem prazo de vigência de 5 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de dezembro de 2016;
- Preço de subscrição e forma de integralização: as debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizados em moeda nacional, à vista, no ato da subscrição;
- Amortização: em duas parcelas anuais, sendo a primeira em 20 de dezembro de 2015 e a segunda em 20 de dezembro de 2016;
- Remuneração: o valor nominal unitário das debêntures não é atualizado, sendo que estas rendem juros correspondentes à variação acumulada de 111,20% (taxa efetiva 112,90%) das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, denominada “Taxa DI over extra grupo”, base duzentos e cinquenta e dois dias úteis, divulgada pela CETIP. A remuneração é calculada de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário não amortizado desde a datada primeira integralização, até a data do seu efetivo pagamento. Os juros são amortizados semestralmente, sendo o primeiro pagamento em 20 de junho de 2012.

Em relação às cláusulas de “covenants” financeiros o contrato exige da Companhia, a manutenção da razão entre Dívida Líquida e EBITDA (*“Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization”*, que traduzido para o português significa: “Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização”) em patamar inferior a 3,5 vezes ao ano, considerando-se como dívida líquida a somatória das rubricas de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não-circulante, acrescida da rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não-circulante, excluídas as rubricas: caixa, bancos, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e operações com derivativos do ativo circulante e não-circulante; considera-se EBITDA como o lucro operacional antes dos juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia encontra-se adimplente com todas as cláusulas de “covenants”.

Os custos de transação relacionados com emissão das debêntures totalizaram R\$4.437, sendo apropriados no resultado pelo prazo de vencimento das debêntures, cujo saldo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$2.553 e será amortizado conforme abaixo demonstrado:

Ano

2014	727
2015	727
2016	691
2017 a 2018	408
	<hr/>
	2.553
	<hr/>

20. SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Férias	25.677	24.874
Salários a pagar (a)	17.689	7.164
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	3.248	6.297
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	2.540	1.894
Imposto de renda retido na fonte	1.705	1.473
Participação nos lucros	200	11.120
Outros	283	949
	<u>51.342</u>	<u>53.771</u>

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Férias	28.232	26.820
Salários a pagar (a)	18.411	7.644
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	3.778	6.733
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	2.772	2.023
Imposto de renda retido na fonte	2.020	1.654
Participação nos lucros	411	11.972
Outros	305	957
	<u>55.929</u>	<u>57.803</u>

(a) Considera as provisões de reajustes salariais pendentes de acordos coletivos.

21. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
ICMS	81.724	65.995
CSLL	397	295
COFINS	29.935	13.836
PIS	6.543	2.425
Outros	5.744	3.720
	<u>124.343</u>	<u>86.271</u>

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
ICMS	81.770	65.970
IRPJ	13.216	12.337
CSLL	7.181	5.832
COFINS	31.597	14.623
PIS	6.873	2.577
Outros	6.250	4.311
	<u>146.887</u>	<u>105.650</u>

22. RECEITA DIFERIDA

Simultaneamente com a criação do cartão de crédito Itaú/Marisa (“co-branded”) ocorrida em 2008, a Companhia recebeu do Itaú Unibanco a quantia de R\$120.000 decorrentes da exclusividade e do uso da base de dados de clientes da Companhia.

A receita diferida é apropriada ao resultado pela fruição de prazo do respectivo contrato, estipulado em dez anos. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da receita diferida no consolidado é de R\$59.000, sendo R\$12.000 no passivo circulante e R\$47.000 no passivo não circulante (R\$71.000, sendo R\$12.000 no passivo circulante e R\$59.000 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia e o Itaú Unibanco, na proporção de 50% para cada um, dividem os resultados decorrentes da referida oferta, distribuição e comercialização dos cartões de crédito, sendo o pagamento do resultado efetuado trimestralmente. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia reconheceu o montante de R\$45.006 (R\$37.262 em 31 de dezembro de 2012), restando o valor a receber de R\$11.244 (R\$10.798 em 31 de dezembro de 2012) registrados pela Companhia na rubrica “Outros créditos”.

23. PROVISÃO PARA LITÍGIOS E DEMANDAS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível e em processos administrativos, em sua maioria de natureza cível. A Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de seus advogados e consultores legais, que a provisão para litígios e demandas judiciais é suficiente para cobrir as perdas prováveis. Os saldos das provisões para litígios e demandas judiciais são os seguintes:

Controladora						
	31/12/2012	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações	31/12/2013
Tributárias:						
FGTS (a)	9.151	1.249	(669)	-	-	9.731
ICMS	1.540	-	-	-	-	1.540
FAP/RAT	2.837	676	(92)	-	167	3.588
Outros riscos tributários	106	-	-	-	-	106
	13.634	1.925	(761)	-	167	14.965
Trabalhistas	18.176	12.531	(11.690)	-	-	19.017
Cíveis	1.324	2.274	(2.182)	-	-	1.416
	33.134	16.730	(14.633)	-	167	35.398
Depósitos judiciais	41.651	24.809	(23.600)	-	-	42.860
Consolidado						
	31/12/2012	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações	31/12/2013
Tributárias:						
FGTS (a)	9.151	1.249	(669)	-	-	9.731
CSLL (b)	7.985	124	-	(8.217)	108	-
ICMS	1.540	-	-	-	-	1.540
FAP/RAT	3.003	676	(93)	-	167	3.753
Outros riscos tributários	106	-	-	-	-	106
	21.785	2.049	(762)	(8.217)	275	15.130
Trabalhistas	19.089	16.057	(14.976)	-	-	20.170
Cíveis	13.825	15.858	(18.817)	-	(714)	10.152
	54.699	33.964	(34.555)	(8.217)	(439)	45.452
Depósitos judiciais	50.055	49.319	(46.578)	(8.330)	380	44.846

- (a) A Companhia impetrou ação judicial contra a União Federal requerendo a inconstitucionalidade da aplicação da Lei Complementar nº 110/01, a qual não respeitou o princípio da anterioridade para alteração da alíquota do FGTS. Tendo em vista a revogação parcial da tutela, em 19 de maio de 2004, a Companhia optou por continuar

fazendo os depósitos judiciais das contribuições sociais e não o recolhimento das aludidas cobranças.

- (b) A propositura da ação judicial discute o aumento da base de cálculo da CSLL, quando calculada com base no lucro presumido. O questionamento dispõe sobre os valores apurados da diferença da base de cálculo, majorando de 12% para 32%. As controladas Due Mille, TCM, TEF e Primos depositam mensalmente os valores. As ações tramitam na 17ª Vara da Justiça Federal e não há entendimento pacífico acerca da matéria; diante do exposto, a chance de perda é provável devido à tese desenvolvida. Foi negado seguimento à apelação interposta. Dessa forma, mediante decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em 17 de setembro de 2013, decidindo pela constitucionalidade do artigo 22 da Lei 10.684/2003, não será mais possível efetuar depósitos judiciais dos valores apurados a título de CSLL, os quais deverão, a partir do próximo pagamento, serem quitados diretamente via DARF. No tocante ao exposto, a Companhia realizou a baixa dos valores contabilizados até presente data.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas mantinham, ainda, em andamento outros processos, cuja materialização, na avaliação dos consultores legais, são classificadas como perdas possíveis, no valor de R\$255.236 (R\$268.664 em 31 de dezembro de 2012), para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, entende não ser necessária à constituição de provisão para eventual perda.

A Companhia e suas controladas estão contestando o pagamento de certos impostos, contribuições, obrigações trabalhistas e processos cíveis e efetuaram depósitos para recursos de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais e depósitos em caução relacionados com os recursos sobre processos judiciais, no montante de R\$44.846, sendo R\$42.860 da Controladora (R\$50.055 em 31 de dezembro de 2012, sendo R\$41.651 da Controladora).

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 o capital social da Companhia, no montante de R\$661.493 (R\$660.159 em 31 de dezembro de 2012), estava representado por 185.532.726 ações ordinárias, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, distribuído conforme segue:

	31/12/2013		
	Valor	Total de ações	%
Acionistas domiciliados no País - bloco de controle (pessoas físicas)	493.637	138.453.280	74,62
Mercado	167.856	47.079.446	25,38
	<u>661.493</u>	<u>185.532.726</u>	<u>100,00</u>
	31/12/2012		
	Valor	Total de ações	%
Acionistas domiciliados no País - bloco de controle (pessoas físicas)	494.350	138.870.637	74,88
Mercado	165.809	46.578.254	25,12
	<u>660.159</u>	<u>185.448.891</u>	<u>100,00</u>

Em 30 de abril de 2013 e 2 de junho de 2013, o capital social foi aumentado em R\$1.068 e R\$266, respectivamente, em decorrência do exercício de opção de ações (*stock option*) previsto no Plano de Outorga de Compra e Subscrição.

b) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 450.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal.

Dentro do limite autorizado, a Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive o preço e o prazo de integralização.

Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição.

O Conselho de Administração da Companhia poderá outorgar a opção de compra ou subscrição de ações, de acordo com os Programas de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição aprovados em Assembleia Geral, a seus membros da Administração e aos empregados em posição de comando, bem como aos prestadores de serviço altamente qualificados da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas, sem direito de preferência para os acionistas quando da outorga ou do exercício das opções.

c) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2013, a reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos, no montante de R\$60.917 (R\$158.384 em 2012). A retenção referente ao exercício de 2013 está fundamentada em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

d) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$4.275 (R\$11.496 em 31 de dezembro de 2012), conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

e) Política de distribuição de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, com os seguintes ajustes: (i) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas; (ii) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e (iii) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Administração poderá propor, e a Assembleia Geral Extraordinária - AGE aprovar, a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações).

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, foram destacados os montantes a título de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, divididos da seguinte forma:

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	85.498	229.914
Constituição da reserva legal (5%) (i)	(4.275)	(11.496)
Base de cálculo dos dividendos	<u>81.223</u>	<u>218.418</u>
Dividendos propostos (ii)	20.306	21.435
Juros sobre o capital próprio (iii)	-	38.599
IRRF incidente sobre os juros sobre o capital próprio	-	(5.430)
	<u>20.306</u>	<u>54.604</u>
Dividendos por ação	<u>0,10945</u>	<u>0,29444</u>
Percentual dos dividendos e juros sobre capital próprio	<u>25,00%</u>	<u>25,00%</u>

(i) Conforme demonstrado na nota explicativa nº 24.d).

(ii) Em Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 18 de abril de 2013, foi aprovada a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia que detinham ações nessa mesma data, no montante de R\$21.435 referente aos dividendos propostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, pagos em 10 de maio de 2013.

Os dividendos propostos pela Administração da Companhia no montante de R\$20.306 referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 serão submetidos à aprovação na AGO, em reunião a ser realizada no prazo legal.

(iii) Em AGO, realizada em 18 de abril de 2013, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$38.599, pagos em 14 de dezembro de 2012.

f) Plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações (stock option)

(i) Em 17 de agosto de 2011, foi celebrado o Contrato de Opção e Outorga para os participantes, sendo o preço de exercício das opções equivalente a R\$14,84 para cada ação, corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA a partir dessa data até a data da efetiva subscrição.

(ii) Em 09 de maio de 2012, foi celebrado o Contrato de Opção e Outorga para os participantes, sendo o preço de exercício das opções equivalente a R\$14,84 para cada ação, corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA a partir dessa data até a data da efetiva subscrição.

(iii) Em 22 de maio de 2013, foi celebrado o Contrato de Opção e Outorga para os participantes, sendo o preço de exercício das opções equivalente a R\$25,26 para cada ação, corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA a partir dessa data até a data da efetiva subscrição.

(iv) Em 03 de junho de 2013, foi celebrado o Contrato de Opção e Outorga para os participantes, sendo o preço de exercício das opções equivalente a R\$23,99 para cada ação, corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA a partir dessa data até a data da efetiva subscrição.

O valor justo para os planos de opções de compra das ações (stock option) foi calculado na data de outorga de cada plano e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos no resultado, na rubrica "Despesas operacionais", e no patrimônio líquido, na rubrica "Reserva de lucros", como segue:

Ano da outorga	Despesas incorridas	Exercícios futuros	Total
2008	648	-	648
2011	3.481	219	3.700
2012	1.103	371	1.474
2013	1.081	2.567	3.648
	<u>6.313</u>	<u>3.157</u>	<u>9.470</u>

O quadro a seguir apresenta a movimentação das outorgas de opções de compra de ações (*stock option*) em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga
Total de opções de compra de ações emitidas - mil	1.040	305	146	170
Exercício das opções de compras de ações - mil	(810)	(146)	(26)	-
Cancelamento das opções de compras de ações - mil	(230)	(34)	(26)	-
Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2013 - mil	<u>-</u>	<u>125</u>	<u>94</u>	<u>170</u>
Valor da opção para exercício em 31 de dezembro de 2013 (corrigido pelo IPCA descontados os dividendos e Juros sobre o Capital Próprio) - R\$	n/a	16,50	16,01	26,04
Valor de mercado da ação em 31 de dezembro de 2013 - R\$	<u>18,60</u>	<u>18,60</u>	<u>18,60</u>	<u>18,60</u>

	5ª outorga	Total 31/12/13	Total 31/12/12
Total de opções de compra de ações emitidas - mil	129	1.790	1.491
Exercício das opções de compras de ações - mil	-	(982)	(898)
Cancelamento das opções de compras de ações - mil	-	(290)	(230)
Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2013 - mil	<u>129</u>	<u>518</u>	<u>363</u>
Valor da opção para exercício em 31 de dezembro de 2013 (corrigido pelo IPCA descontados os dividendos e Juros sobre o Capital Próprio) - R\$	24,69		
Valor de mercado da ação em 31 de dezembro de 2013 - R\$	<u>18,60</u>		

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações (*stock option*) foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga A	4ª outorga B
Data da outorga	12/08/2008	17/08/2011	09/05/2012	22/05/2013	22/05/2013
Término do prazo de exercício	12/08/2013	17/08/2016	09/05/2017	22/05/2015	22/05/2016
"Dividend yield"	0,2855%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Volatilidade do preço da ação - ao dia	3,33%	2,77%	1,50%	1,523%	1,523%
Taxa de juros livre de risco	12,55%	11,65%	9,95%	8,73%	9,09%
"Vesting period"	1.157	1.258	1.262	506	756
Valor justo na data da outorga - R\$	<u>0,77</u>	<u>12,87</u>	<u>11,68</u>	<u>9,47</u>	<u>10,86</u>

	4ª outorga C	4ª outorga D	4ª outorga E	5ª outorga
Data da outorga	22/05/2013	22/05/2013	22/05/2013	22/05/2013
Término do prazo de exercício	22/05/2017	22/05/2018	22/05/2019	22/05/2016
"Dividend yield"	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Volatilidade do preço da ação - ao dia	1,523%	1,523%	1,523%	1,523%
Taxa de juros livre de risco	9,32%	9,52%	4,50%	9,09%
"Vesting period"	1.007	1.257	1.507	756
Valor justo na data da outorga - R\$	<u>12,14</u>	<u>13,32</u>	<u>14,44</u>	<u>12,39</u>

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Receita operacional bruta:		
Vendas de mercadorias	3.722.193	3.465.598
Prestação de serviços	1.270	1.395
Impostos incidentes:		
Vendas de mercadorias	(944.331)	(851.841)
Prestação de serviços	(104)	(82)
Devoluções:		
Vendas de mercadorias	(265.662)	(256.793)
	<u>2.513.366</u>	<u>2.358.277</u>

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Receita operacional bruta:		
Vendas de mercadorias	3.726.234	3.509.192
Operações com cartão de crédito	317.615	310.572
Prestação de serviços	146.078	104.643
Operação com crédito pessoal	142.152	76.560
Impostos incidentes:		
Vendas de mercadorias	(945.350)	(853.197)
Prestação de serviços	(24.077)	(13.589)
Devoluções:		
Vendas de mercadorias	(265.662)	(256.793)
	<u>3.096.990</u>	<u>2.877.388</u>

26. CUSTOS DA REVENDA DE MERCADORIAS, DAS OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO, DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Custo da revenda de mercadorias	<u>(1.353.503)</u>	<u>(1.219.431)</u>

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Custo da revenda de mercadorias	(1.341.888)	(1.202.931)
Custo de operações com cartão de crédito	(164.320)	(154.992)
Custo da prestação de serviços	(102.987)	(81.326)
Custo de operações com crédito pessoal	(50.353)	(28.484)
	<u>(1.659.548)</u>	<u>(1.467.733)</u>

27. DESPESAS COM VENDAS

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Despesas com pessoal e serviços	(462.789)	(409.004)
Utilidades públicas	(64.325)	(62.530)
Despesas de comunicação, distribuição e locação	(356.169)	(275.501)
Outras	(49.119)	(53.391)
	<u>(932.402)</u>	<u>(800.426)</u>

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Despesas com pessoal e serviços	(440.634)	(381.886)
Utilidades públicas	(64.752)	(62.560)
Despesas de comunicação, distribuição e locação	(361.506)	(278.930)
Outras	(50.141)	(53.921)
	<u>(917.033)</u>	<u>(777.297)</u>

28. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Despesas com pessoal e serviços	(93.676)	(103.796)
Utilidades públicas	(4.335)	(3.660)
Despesas locatícias	(3.557)	(3.190)
Despesas tributárias	(984)	(336)
Outras	(11.068)	(11.354)
	<u>(113.620)</u>	<u>(122.336)</u>

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Despesas com pessoal e serviços	(133.940)	(119.326)
Utilidades públicas	(6.107)	(4.839)
Despesas locatícias	(4.186)	(3.564)
Despesas tributárias	(1.024)	(380)
Outras	(13.025)	(13.066)
	<u>(158.282)</u>	<u>(141.175)</u>

29. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Créditos tributários	21.991	19.902
Despesas recuperadas	1.580	1.366
Constituição de provisão/perdas para litígios e demandas judiciais, líquida	(11.107)	(12.021)
Outras (a)	141	8.028
	<u>12.605</u>	<u>17.275</u>

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Créditos tributários	22.401	20.138
Despesas recuperadas	1.720	1.366
Reversão (constituição) de provisão/perdas para litígios e demandas judiciais, líquida	(24.289)	(25.610)
Outras	8.862	11.764
	<u>8.694</u>	<u>7.658</u>

(a) Representado principalmente pelo recebimento de indenização por rompimento de contrato locatício em 2012 no montante de R\$4.376.

30. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Despesas financeiras:		
Ajuste a valor presente - fornecedores	(25.618)	(30.220)
Perda em "swap"	(27.272)	(4.745)
Juros	(59.973)	(61.877)
Despesas bancárias	(1.388)	(1.356)
Variação cambial passiva	(1.018)	(269)
Variação monetária passiva (a)	(694)	(8.462)
Outras	(879)	(1.355)
	<u>(116.842)</u>	<u>(108.284)</u>

Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	5.466	12.492
Ganho em "swap"	14.595	23.891
Ganho com instrumentos financeiros (b)	11.601	-
Variação cambial ativa	382	2.049
Descontos obtidos	1.144	835
Outras	3.207	4.006
	<u>36.395</u>	<u>43.273</u>

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Despesas financeiras:		
Ajuste a valor presente – fornecedores	(25.618)	(30.220)
Perda em "swap"	(27.272)	(4.745)
Juros	(60.010)	(61.906)
Despesas bancárias	(2.329)	(1.821)
Variação cambial passiva	(1.018)	(269)
Variação monetária passiva (a)	(1.015)	(8.989)
Descontos concedidos	(7.980)	(8.399)
Outras	(6.475)	(6.147)
	<u>(131.717)</u>	<u>(122.496)</u>

Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	12.061	24.145
Ganho em "swap"	14.595	23.891
Ganho com instrumentos financeiros (b)	11.601	-
Variação cambial ativa	382	2.049
Descontos obtidos	1.158	865
Outras	4.813	6.425
	<u>44.610</u>	<u>57.375</u>

(a) Refere-se substancialmente a variação monetária sobre liquidação de tributos com benefício do REFIS em fevereiro de 2012, no montante total de R\$4.560.

(b) Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 33. f).

31. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Custo de mercadorias	1.353.503	1.219.431
Despesa com pessoal e encargos	382.405	367.066
Despesas de serviços e utilidades públicas	239.821	197.409
Despesas de aluguéis e correlatos	235.566	198.529
Despesas de depreciação e amortização	156.998	136.603
Custo de empréstimos e financiamentos	86.630	66.792
Despesas de comunicação e distribuição	127.994	83.931
Outras despesas financeiras	30.213	41.493
Despesas com consultoria e auditoria	23.360	14.515
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e contingências	11.053	12.021
Outras despesas	68.481	67.793
	<u>2.716.024</u>	<u>2.405.583</u>

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Custo de mercadorias	1.341.889	1.202.931
Despesa com pessoal e encargos	437.342	412.321
Despesas de serviços e utilidades públicas	265.756	209.200
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e contingências	252.430	218.749
Despesas de aluguéis e correlatos	241.619	202.683
Despesas de depreciação e amortização	164.364	143.425
Custo de empréstimos e financiamentos	85.325	67.565
Despesas de comunicação e distribuição	137.620	86.647
Outras despesas financeiras	50.074	58.497
Despesas com consultoria e auditoria	30.655	23.875
Outras despesas	129.584	105.608
	<u>3.136.658</u>	<u>2.731.501</u>

32. LUCRO POR AÇÃO

De acordo com a IAS 33 - Lucro por Ação e CPC 41 – Resultado por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido de operações em continuidade atribuível a detentores de ações ordinárias da controladora	85.498	229.914
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o lucro básico por ação	185.504	185.235
Efeito da diluição:		
Opções de ações	518	363
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	186.022	185.598
Lucro líquido por ação básico - R\$	0,46090	1,24120
Lucro líquido por ação diluído - R\$	0,45961	1,23877

33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de capital

A Administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros com instituições financeiras, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Total dos empréstimos e financiamentos e debêntures	792.084	772.010
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(257.883)	(285.319)
Dívida líquida	534.201	486.691
Total do patrimônio líquido	1.107.738	1.039.049
Total do capital total	1.641.939	1.525.740
Índice de alavancagem financeira	33%	32%

b) Políticas contábeis significativas

Os detalhes das principais políticas contábeis e métodos adotados, incluindo o critério para reconhecimento e bases de mensuração de apropriação das receitas e despesas para cada uma das classes de ativos e passivos financeiros, além do patrimônio líquido, estão descritas na nota explicativa nº 3.

c) Categorias dos instrumentos financeiros

	Controladora	
	Valor contábil e valor de mercado	
	31/12/2013	31/12/2012
Ativos financeiros:		
Títulos e valores mobiliários	7.821	7.783
Instrumentos financeiros	11.328	-
Caixa e equivalentes de caixa	117.898	184.814
Contas a receber de clientes	410.077	386.093
	547.124	578.690
Passivos financeiros:		
Fornecedores	239.794	235.186
Empréstimos e financiamentos	30.846	43.359
Debêntures	648.934	647.781
	919.574	926.326

	Consolidado	
	Valor contábil e valor de mercado	
	31/12/2013	31/12/2012
Ativos financeiros:		
Títulos e valores mobiliários	8.091	8.077
Instrumentos financeiros	11.328	-
Caixa e equivalentes de caixa	257.883	285.319
Contas a receber de clientes	981.626	878.325
	1.258.928	1.171.721
Passivos financeiros:		
Fornecedores	254.977	247.759
Empréstimos e financiamentos	143.150	124.229
Debêntures	648.934	647.781
	1.047.061	1.019.769

A Administração da Companhia é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, em razão de o vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima às dos balanços. O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base em índices de inflação e juros variáveis em virtude das condições de mercado e, portanto, o saldo devedor registrado nas datas dos balanços está próximo do valor de mercado.

Contudo, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, as diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

d) Risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito das controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração das controladas por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco). O saldo de clientes sujeito a risco de crédito está apresentado na nota explicativa n.º 9. A Companhia registrou provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$83.105 (R\$67.084 em 31 de dezembro de 2012), para cobrir os riscos de crédito.

A Companhia mantém seu caixa e equivalentes de caixa com instituições financeiras de primeira linha e não limita sua exposição a uma instituição em particular. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários sujeitos a risco de crédito estão apresentados nas notas explicativas n.º 7 e 8.

e) Riscos de mercado

A Companhia e suas controladas atuam internacionalmente na compra de estoque para revenda, o qual está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras.

A Administração estabeleceu uma política que exige que, através de seu Diretor Financeiro, se apresente mensalmente ao Conselho de Administração a posição atual de exposição em moeda estrangeira e seus riscos inerentes para a tomada de decisão de necessidade ou não de uma proteção para risco cambial.

f) Riscos de instrumentos financeiros

A Companhia preocupada com a volatilidade do dólar frente ao real, optou por realizar operações de hedge cujo objetivo é a proteção cambial das importações.

g) Fatores de riscos financeiros

As atividades da Companhia e de suas controladas estão expostas a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez e “funding” e risco de contraparte. O programa de gestão de risco global da Companhia e de suas controladas concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é exercida pela Presidência e por todas as diretorias e monitorada pelo Departamento de Gestão de Riscos da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O departamento identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

h) Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira

A Companhia e sua controlada Club captaram empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros com o Banco Bradesco e Banco Safra, para os quais foram contratadas operações de “swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI, acrescido de taxa prefixada.

Essa é uma operação “casada” que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de “swap” contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido. Dessa forma, a Administração entende que, na essência, essa operação é um empréstimo denominado em moeda local acrescido de uma determinada taxa de juros; portanto, o tratamento contábil e as respectivas divulgações refletem a essência da operação.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o detalhe dos contratos em aberto é como segue:

31/12/2013						
Vencimento	Valor de referencia (nacional)	Banco		Companhia		Ajuste líquido
		Indexador	Juros	Indexador	Juros - %	
Abril de 2014	<u>32.790</u>	US\$	2,70% a.a.	CDI	1,00% a.a.	<u>35.275</u>
31/12/2012						
Vencimento	Valor de referencia (nacional)	Banco		Companhia		Ajuste líquido
		Indexador	Juros	Indexador	Juros - %	
Março de 2013	<u>28.836</u>	US\$	3,50% a.a.	CDI	1,15% a.a.	<u>31.161</u>

O montante envolvido em empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira está registrado na rubrica “Empréstimos e financiamentos” em contrapartida a conta de “Receitas e despesas financeiras”.

Considerando o exposto anteriormente, a Companhia e suas controladas não estão sujeitas a risco de mudanças nas taxas de câmbio; dessa forma, não foram considerados para serem medidos pela análise de sensibilidade, considerando que a Companhia e suas controladas estão única e exclusivamente expostas à variação do CDI nos contratos de empréstimos.

i) Taxa de juros

As controladas da Companhia estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, único indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	31/12/2013				
	Montante	Risco	Provável (i)	Possível(ii)	Remoto (iii)
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI	216.779	Alta do CDI	24.484	30.604	36.725
Juros sobre empréstimos sujeitos à variação do CDI	752.949	Alta do CDI	89.243	111.554	133.865

Operação	31/12/2012				
	Montante	Risco	Provável (i)	Possível(ii)	Remoto (iii)
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI	233.261	Alta do CDI	13.393	16.741	20.089
Juros sobre empréstimos sujeitos à variação do CDI	718.341	Alta do CDI	65.176	81.470	97.764

(i) Juros calculados com base na variação média atual do CDI.

(ii) Juros calculados considerando um incremento de 25% na variação do CDI.

(iii) Juros calculados considerando um incremento de 50% na variação do CDI

j) Gerenciamento do risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, o Departamento de Operações Financeiras - DOF mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia e de suas controladas, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia e de suas controladas envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia e por suas controladas:

	31/12/2013				
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	254.977	-	-	-	254.977
Financiamentos bancários	104.505	2.992	357.859	328.413	793.769
Financiamentos bancários - arrendamento financeiro	6.387	3.517	739	-	10.643
	<u>365.869</u>	<u>6.509</u>	<u>358.598</u>	<u>328.413</u>	<u>1.059.389</u>

	31/12/2012				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Fornecedores	247.759	-	-	-	247.759
Financiamentos bancários	87.494	5.758	354.542	314.080	761.875
Financiamentos bancários – arrendamento financeiro	5.102	2.746	569	-	8.417
	<u>340.355</u>	<u>8.504</u>	<u>355.111</u>	<u>314.080</u>	<u>1.018.051</u>

k) Mensuração e hierarquia do valor justo

O valor justo é um preço existente, representando o valor que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação normal entre participantes do mercado.

Dessa forma, o valor justo é uma mensuração baseada no mercado e assim deve ser determinado com base em premissas que os participantes do mercado usariam na determinação de preços de um ativo ou passivo. Como base para a consideração de tais estabelece-se uma hierarquia de valor justo de três níveis que prioriza as entradas usadas na mensuração do valor justo como segue:

- Nível 1. Insumos observáveis tais como os com preços cotados em mercados ativos;
- Nível 2. Insumos, outros que não os com preços cotados em mercados ativos que são observáveis quer direta ou indiretamente; e
- Nível 3. Insumos não observáveis, para os quais existem poucos ou nenhum dado de mercado, que exige que a entidade de reporte desenvolva as suas próprias premissas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes da mensuração e hierarquia do valor justo:

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2013	Nível 2	31/12/2012	Nível 2
Ativos				
Derivativos - proteção cambial	11.328	11.328	-	-
Derivativos - swap de ações	-	-	18.746	18.746
Total	<u>11.328</u>	<u>11.328</u>	<u>18.746</u>	<u>18.746</u>
Passivos				
Derivativos - swap de juros	(4.930)	(4.930)	(4.219)	(4.219)
Total	<u>(4.930)</u>	<u>(4.930)</u>	<u>(4.219)</u>	<u>(4.219)</u>

Durante o exercício de 2013, não houve transferência entre os níveis 1 e 2 da mensuração do valor justo ou transferências para o nível 3.

34. ARRENDAMENTO OPERACIONAL - LOCAÇÃO DE LOJAS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia possuía contratos de locação firmados com empresas ligadas e terceiros, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

O valor da locação dos imóveis de empresas ligadas é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente à taxa média de 3,39% sobre as vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC-FIPE. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de cinco anos, podendo ser renovados contratual e automaticamente por até dois períodos de cinco anos.

O valor da locação dos imóveis de terceiros é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente à taxa média de 3,22% sobre as vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de 5 a 15 anos, sujeitos à renovação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as despesas de aluguéis, líquidas de Pis e Cofins a recuperar, no consolidado, totalizaram R\$185.976 (R\$154.842 em 31 de dezembro de 2012). O saldo da rubrica “Aluguéis a pagar” é de R\$20.299 (R\$16.231 em 31 de dezembro de 2012).

Os compromissos futuros oriundos desses contratos, a valores de 31 de dezembro de 2013, totalizam um montante mínimo de R\$689.925, assim distribuído:

<u>Exercício</u>	<u>Valor</u>
2014	128.274
2015	124.333
2016	110.044
2017	97.658
2018 a 2028	229.616
	<u>689.925</u>

35. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O pronunciamento técnico CPC 22 e a IFRS 8 - Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia regularmente revisados pelo Diretor-presidente, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em varejo e operações de crédito. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

- Varejo – atividade de varejo com foco em consumidores da classe C.
- Operações cartão de crédito - por meio do Cartão Marisa e “Co-Branded” Marisa Itaucard e gerenciado pela controlada Club, ofertam aos consumidores da Companhia o crédito para aquisição de produtos, além de seguros, pagamento de contas e empréstimo pessoal.
- Operações crédito pessoal - por meio da SAX, oferta empréstimo pessoal aos consumidores da Companhia.

a) Demonstração consolidada do resultado, ativos e passivos consolidados por segmento:

31/12/2013			
Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Receita líquida de clientes externos	2.515.010	429.927	152.053
Custos e devoluções do segmento	(1.341.998)	(258.333)	(59.217)
Lucro bruto	1.173.012	171.594	92.836
Despesas com vendas	(917.033)	-	-
Despesas gerais e administrativas	(118.388)	(25.212)	(14.682)
Depreciação e amortização	(160.227)	(3.888)	(249)
Receitas financeiras	38.044	6.566	-
Despesas financeiras	(117.027)	(14.341)	(349)
Outras receitas (despesas) operacionais	12.282	(3.759)	171
	(89.337)	130.960	77.727
			119.350

31/12/2012			
Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Receita líquida de clientes externos	2.398.936	396.155	82.297
Custos e devoluções do segmento	(1.202.931)	(236.318)	(28.484)
Lucro bruto	1.196.005	159.837	53.813
Despesas com vendas	(777.297)	-	-
Despesas gerais e administrativas	(124.306)	(7.282)	(9.587)
Depreciação e amortização	(139.383)	(3.781)	(261)
Receitas financeiras	45.189	12.186	-
Despesas financeiras	(108.437)	(13.782)	(277)
Outras receitas (despesas) operacionais	16.915	(8.951)	(306)
	108.686	138.227	43.382
			290.295

31/12/2013			
Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	134.327	80.714	42.842
Contas a receber de clientes	180.738	682.129	118.759
Estoques	342.277	-	-
Imobilizado e intangível	691.879	9.109	264
Outros	208.222	77.384	7.679
	1.557.443	849.336	169.544
			2.576.323

31/12/2012			
Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	206.081	66.500	12.738
Contas a receber de clientes	209.310	598.388	70.627
Estoques	367.580	-	-
Imobilizado e intangível	592.095	7.886	411
Outros	231.801	72.533	4.741
	1.606.867	745.307	88.517
			2.440.691

31/12/2013				
	Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Fornecedores	253.481	1.496	-	254.977
Empréstimos e financiamentos	680.200	61.592	50.292	792.084
Impostos a recolher	125.640	4.930	16.317	146.887
Provisão para litígios e demandas judiciais	35.417	9.656	379	45.452
Outros	87.976	102.576	38.633	229.185
Patrimônio líquido	374.729	669.086	63.923	1.107.738
	<u>1.557.443</u>	<u>849.336</u>	<u>169.544</u>	<u>2.576.323</u>

31/12/2012				
	Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Fornecedores	245.330	2.429	-	247.759
Empréstimos e financiamentos	691.469	57.575	22.966	772.010
Impostos a recolher	88.635	8.019	8.996	105.650
Provisão para litígios e demandas judiciais	35.950	18.551	198	54.699
Parcelamento de tributos	1.148	-	-	1.148
Outros	119.306	99.354	1.716	220.376
Patrimônio líquido	425.029	559.379	54.641	1.039.049
	<u>1.606.867</u>	<u>745.307</u>	<u>88.517</u>	<u>2.440.691</u>

36. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

As coberturas dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2013, são assim demonstradas:

	31/12/2013
Responsabilidade civil	3.000
Riscos diversos - estoques e imobilizados	129.500
Transportes	72.200
Veículos	2.162
	<u>206.862</u>

37. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de fevereiro de 2014, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras. O Conselho de Administração tem autoridade para alterar as demonstrações financeiras da Companhia após a sua emissão, se aplicável.